

Demonstrações financeiras

Santa Ana Energética S.A.

31 de dezembro de 2021 e 2020
com Relatório do Auditor Independente

Santa Ana Energética S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Santa Ana Energética S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Ana Energética S.A. (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Ana Energética S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Leonardo Araujo Ferreira
Contador CRC-1RJ 116.384/O-2

Santa Ana Energética S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	400	2.265
Contas a receber	4	478	819
Estoques		427	429
Impostos a recuperar		5	2
Despesas antecipadas		39	21
Outros		-	1
Total do ativo circulante		1.349	3.537
Não circulante			
Depósitos restituíveis e valores vinculados	5	-	546
Imobilizado	6	28.560	29.039
Arrendamento	7	36	68
Depósitos judiciais		-	10
Total do ativo não circulante		28.596	29.663
Total do ativo		29.945	33.200

	Notas	2021	2020
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar	8	707	283
Impostos e contribuições a recolher		141	108
Dividendos a pagar	15	4.235	1.460
Arrendamento	7	38	34
Contas a pagar risco hidrológico	6	-	5.941
Outras contas a pagar		87	-
Total do passivo circulante		5.208	7.826
Não circulante			
Provisão para contingências	9	-	11
Arrendamento	7	7	41
Total do passivo não circulante		7	52
Patrimônio líquido			
Capital social	10	21.000	21.000
Reservas de lucros	10	3.730	4.322
Total do patrimônio líquido		24.730	25.322
Total do passivo e do patrimônio líquido		29.945	33.200

Santa Ana Energética S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2021	2020
Receita operacional líquida	11	10.429	6.137
Custo de geração de energia	12	(5.997)	(63)
Lucro bruto		4.432	6.074
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	12	(10)	(34)
Outras despesas operacionais		(13)	(22)
		(23)	(56)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		4.409	6.018
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	13	144	93
Despesas financeiras	13	(1.004)	(1.168)
		(860)	(1.075)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.549	4.943
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	14	(366)	(228)
		(366)	(228)
Lucro líquido do exercício		3.183	4.715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Ana Energética S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	3.183	4.715
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes líquidos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	<u>3.183</u>	<u>4.715</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Ana Energética S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2019		21.000	1.067	2.565	-	24.632
Declaração de dividendos intermediários	10.c	-	-	-	(1.460)	(1.460)
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	10.c	-	-	(2.565)	-	(2.565)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.715	4.715
Constituição de reserva legal	10.b	-	236	-	(236)	-
Reserva de dividendos complementares	10.b	-	-	3.019	(3.019)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		21.000	1.303	3.019	-	25.322
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	10.c	-	-	(3.019)	-	(3.019)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.183	3.183
Constituição de reserva legal	10.b	-	159	-	(159)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	10.c	-	-	-	(756)	(756)
Reserva de dividendos complementares	10.b	-	-	2.268	(2.268)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		21.000	1.462	2.268	-	24.730

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Ana Energética S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		3.183	4.715
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa			
Depreciação de ativo imobilizado	6	933	889
Extensão de outorga	6	(307)	(2.572)
Depreciação de arrendamento	7	35	34
Juros sobre arrendamento	7	3	7
Encargos financeiros, líquidos		-	42
Baixa de ativo imobilizado	6	(6)	115
Provisão para contingências	9	(11)	(10)
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber		341	(156)
Estoques		2	(20)
Impostos a recuperar		(3)	11
Depósitos judiciais		10	-
Despesas antecipadas		(18)	21
Outros		1	2
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar		424	144
Impostos e contribuições a recolher		33	(131)
Outras contas a pagar		(5.854)	1.117
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(1.234)	4.208
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Depósitos restituíveis e valores vinculados		546	6
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	6	(141)	(248)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		405	(242)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal		-	(1.088)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros		-	(45)
Pagamento de arrendamento	7	(36)	(34)
Dividendos pagos		(1.000)	(2.565)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(1.036)	(3.732)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa		(1.865)	234
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		2.265	2.031
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		400	2.265
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		(1.865)	234
Informações complementares:			
Valores pagos de IR:		194	145
Valores pagos de CS:		120	84

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Santa Ana Energética S.A. (“Santa Ana” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem por objeto: a) a implantação e a exploração, como produtor independente, da Pequena Central Hidrelétrica Santa Ana (“PCH”) localizada no Rio Engano, sub-bacia 84, Município de Angelina, Estado de Santa Catarina; b) a produção e a comercialização da potência e da energia gerada pela PCH; c) a manutenção, a operação e a exploração de todos os bens e direitos, equipamentos e instalações que compõem a PCH e d) a comercialização de crédito de carbono.

A totalidade do capital social da Sociedade foi adquirida pela Brookfield Americas Infrastructure (Brazil Power) Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia por contrato de compra e venda de ações, datado de 11 de abril de 2012, cujo fechamento com a efetiva transferência das ações ocorreu em 30 de julho de 2012, regularizada junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio da Resolução Autorizativa nº 3.597, de 26 de julho de 2012.

A Sociedade foi autorizada a estabelecer-se como produtora independente de energia para fins de exploração da PCH Santa Ana pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em 13 de outubro de 2008 por meio da Resolução Autorizativa nº 1.563. A PCH Santa Ana possui capacidade geradora de 6.304 kW, com duas unidades geradoras.

Por meio do Despacho nº 1.111, de 26 de abril de 2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), foram liberadas as Unidades Geradoras “UG1” e “UG2” para início da operação comercial em 27 de abril de 2010, na qual a energia produzida pelas unidades deverá ser disponibilizada ao sistema.

Em 03 de agosto de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.919/2021 estendeu o prazo da outorga da PCH, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, a PCH Santa Anna teve seu prazo de outorga alterado para 30 de maio de 2045.

A Sociedade possui contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

Venda

Indústria	Data do contrato	
	Início	Vencimento
Partes relacionadas	01/01/2018	31/12/2023

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, o preço da energia contratada do contrato de venda de energia mencionado é reajustado pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

A Sociedade em virtude das características dos contratos de venda de energia (PPA) e dos clientes não observou alteração relevante em seu volume de operações, faturamento ou fornecimento de energia em virtude da pandemia do COVID-19.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (“Lei nº 6.404/76”), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei nº 11.638/07”), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei nº 11.941/09”), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa e contas a.

b.2) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) *Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.2) *Passivos financeiros*--Continuação

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são contas a pagar e dividendos a pagar.

c) Estoques

Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

d) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

Adicionalmente, com base na opção exercida pela Sociedade na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização, dos dois o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 6.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos com manutenção dos ativos da Sociedade são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados.

e) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

f) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

f) Provisão--Continuação

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

g) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

h) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados pela Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável e independente de quando o pagamento for recebido.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação transferida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos, impostos e encargos sobre vendas.

Mais especificamente, a receita de venda de energia é reconhecida quando a energia é entregue ao cliente.

i) Imposto de renda e contribuição social

São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

j) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

k) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

l) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

m) Ativo circulante e não circulante

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e depósitos bancários	87	109
Aplicações financeiras	313	2.156
Total	<u>400</u>	<u>2.265</u>

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI	CDI	2	2.103
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	-	53
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	311	-
			<u>313</u>	<u>2.156</u>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

4. Contas a receber

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	-	265
Contas a receber – partes relacionadas	478	554
	<u>478</u>	<u>819</u>

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo a vencer	478	806
Saldo vencido até 30 dias	-	13
Total	<u>478</u>	<u>819</u>

A Administração não espera perdas no saldo do contas a receber.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Depósitos restituíveis e valores vinculados

As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis e vinculados a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2021	2020
Banco Santander S.A.	Fundos	CDI	-	546
			-	546

A Sociedade possuía, em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 546 depositado em fundos CDI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado

	Em serviço					Em curso		Total
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	
31 de dezembro de 2019	353	8.606	24.708	2.948	989	301	207	38.112
Adições	-	-	2.572	-	-	20	228	2.820
Baixas	-	(107)	(90)	(4)	-	-	(22)	(223)
Transferências	-	79	59	67	-	-	(205)	-
31 de dezembro de 2020	353	8.578	27.249	3.011	989	321	208	40.709
Adições	-	-	307	-	-	-	159	466
Baixas	-	(10)	-	(8)	-	-	-	(18)
Transferências	-	68	121	-	-	(41)	(148)	-
31 de dezembro de 2021	353	8.636	27.677	3.003	989	280	219	41.157
31 de dezembro de 2019	(74)	(2.680)	(6.947)	(880)	(308)	-	-	(10.889)
Adições de depreciação	(4)	(337)	(454)	(80)	(14)	-	-	(889)
Baixas de depreciação	-	80	26	2	-	-	-	108
31 de dezembro de 2020	(78)	(2.937)	(7.375)	(958)	(322)	-	-	(11.670)
Adições de depreciação	(5)	(329)	(508)	(79)	(12)	-	-	(933)
Baixas de depreciação	-	5	-	1	-	-	-	6
31 de dezembro de 2021	(83)	(3.261)	(7.883)	(1.036)	(334)	-	-	(12.597)
Total em 31 de dezembro de 2020	275	5.641	19.874	2.053	667	321	208	29.039
Total em 31 de dezembro de 2021	270	5.375	19.794	1.967	655	280	219	28.560

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado--Continuação

a) Método de depreciação

O controle da Sociedade foi adquirido em 11 de abril de 2012 pela Brookfield Americas Infrastructure Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Devido a esta mudança de controle, a vida útil dos ativos incluídos nos grupos de edificações, obras civis e benfeitorias, máquinas e equipamentos, reservatórios, barragens e adutoras e transmissão e distribuição foi reavaliada e ajustada.

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2019 e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de geração de energia elétrica por mais 30 anos a contar da data final da outorga atual; e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizou suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimento que são passivos a essa renovação e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos.

Mediante a este cenário a usina passou a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos estabelecido pela ANEEL, limitadas ao prazo da outorga, sendo este agora considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei.

Para o cálculo da depreciação, é considerada a vida útil dos bens ou o prazo de autorização, dos dois o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Sociedade à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	30 a 50 anos
Transmissão e distribuição	20 a 40 anos

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e concluiu que em 31 de dezembro de 2021 seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado—Continuação

c) Extensão de outorga

Em 8 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE pelos agentes elegíveis.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil utilizando os preceitos de reconhecimento de ativo não financeiro a valor justo. O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Sociedade, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, foi homologada pela ANEEL e apropriado como um imobilizado em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida lei.

Em 1º de dezembro de 2020 a Diretoria da ANEEL aprovou a metodologia e os valores preliminares apresentados em audiência pública. Com base nessa informação, a Sociedade determinou o valor e a extensão que lhe confere a regulamentação, de 68 meses, ao valor de R\$ 2.572. Com base nos termos dessa regulamentação, em 30 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a referida repactuação.

A mensuração deste ativo não financeiro é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da ANEEL e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado--Continuação

c) Extensão da outorga--Continuação

Em 12 de julho de 2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a Resolução Normativa nº 945/2021, conforme diretrizes regulamentadas pela Lei nº 14.182, que ampliou a metodologia de cálculo do impacto do GSF também para as usinas que foram repactuadas com contratos no mercado regulado (ACR) desde 2015, nos Termos da REN 684/2015. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica atualizou os cálculos novamente, conforme nova regulação disponibilizada em 3 de agosto de 2021. Conseqüentemente, em setembro de 2021 a Companhia reconheceu o montante adicional de R\$ 307, bem como extensão de 80 meses na sua respectiva outorga conforme divulgado pela CCEE.

Em 31 de dezembro de 2021 o ativo não financeiro de extensão de outorga reconhecido pela Sociedade totalizou R\$2.879.

Em setembro de 2021 a Sociedade efetuou a liquidação do passivo referente ao contas a pagar de risco hidrológico no montante de R\$ 6.938

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Arrendamento

A composição dos arrendamentos é a seguinte:

Movimentação da controladora

Custo	Equipamentos
31 de dezembro de 2019	-
Adições	102
31 de dezembro de 2020	102
Adições	3
31 de dezembro de 2021	105
Depreciação	
31 de dezembro de 2019	-
Adições de depreciação	(34)
31 de dezembro de 2020	(34)
Adições de depreciação	(35)
31 de dezembro de 2021	(69)
Total em 31 de dezembro de 2020	68
Total em 31 de dezembro de 2021	36

Os arrendamentos são amortizados durante o prazo de vigência do contrato de locação de equipamentos que é até 2022 e consideram a expectativa de renovação, quando a Administração pretende exercer esse direito, e de acordo com os termos dos contratos.

Em 31 de dezembro de 2021, os passivos de arrendamento são como segue:

	Controladora	
	2021	2020
Valor nominal dos pagamentos futuros	47	80
Ajuste a valor presente	(2)	(5)
	45	75
Passivo circulante	38	34
Passivo não circulante	7	41

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Arrendamento--Continuação

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Adoção inicial	75	-
Adições	3	102
Pagamento	(36)	(34)
Juros sobre arrendamento	3	7
Saldo final	<u>45</u>	<u>75</u>

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>
2023	<u>7</u>
	<u>7</u>

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a pagar

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Compra de energia – MRE/CCEE (*)	80	-
Fornecedores	46	282
Contas a pagar – partes relacionadas	581	1
Total	<u>707</u>	<u>283</u>

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Provisão para contingências

Com base nos fatos atualmente disponíveis e na opinião de seus consultores legais, a Administração da Sociedade acredita que a resolução de boa parte dessas causas atuais ou discussões potenciais deverá ser satisfatória para as envolvidas, e para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, constitui provisão.

Segue abaixo a movimentação das contingências provisionadas pela Administração:

	<u>Trabalhistas</u>
31 de dezembro de 2019	<u>21</u>
Baixa	(10)
31 de dezembro de 2020	<u>11</u>
Baixa	(11)
31 de dezembro de 2021	<u><u>-</u></u>

Principais processos em andamento com probabilidade de perda provável

Ações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, não existem contingências classificadas pela Sociedade como probabilidade de perda provável.

Principais processos em andamento com probabilidade de perda possível

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ações cíveis	692	1.048
	692	1.048

Ações cíveis

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade possui uma contingência classificada como probabilidade de perda possível, no montante de R\$ 692 (R\$ 1.048 em 31 de dezembro de 2020), referente a uma ação de indenização.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 21.000, dividido em 12.928.502 (doze milhões, novecentas e vinte e oito mil, quinhentas e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

b.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

c) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Patrimônio líquido--Continuação

c) Dividendos--Continuação

Em 23 de julho de 2021, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 3.019 (R\$ 233,54 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Em 22 de maio de 2020, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 2.565 (R\$ 198,40 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Em 17 de dezembro de 2020, os acionistas, por meio da Ata de Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos intermediários referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2020 no valor de R\$ 1.460 (R\$ 112,93 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Receita operacional líquida

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica - partes relacionadas	10.441	6.067
Resultado com MRE e CCEE (*)	366	299
	<u>10.807</u>	<u>6.366</u>
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
PIS	(67)	(41)
COFINS	(311)	(188)
Receita operacional líquida	<u>10.429</u>	<u>6.137</u>

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

12. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Custo de geração de energia		
Compra de energia elétrica – partes relacionadas	545	-
Royalties ANEEL	131	139
	<u>676</u>	<u>139</u>
Custo com a operação		
Viagens	6	6
Serviços de terceiros	1.121	1.180
Seguros	66	41
Pessoal	12	1
Depreciação	968	924
Manutenção	35	53
MRE/CCEE (*)	3.011	(2.340)
Promoção e publicidade	22	16
Outros	80	43
	<u>5.321</u>	<u>(76)</u>
Total do custo de geração de energia	<u>5.997</u>	<u>63</u>
Despesas gerais e administrativas		
Impostos, licenças e taxas	3	24
Serviços de terceiros	7	10
Total das despesas gerais e administrativas	<u>10</u>	<u>34</u>
Total de custos e despesas gerais e administrativas	<u>6.007</u>	<u>97</u>

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Nessa rubrica foi registrada recuperação de R\$ 307 (R\$2.572 em 31 de dezembro de 2020) devido ao registro da extensão de outorga (Nota 6).

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	133	93
Outros	11	-
Total	<u>144</u>	<u>93</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	1	42
Multas e encargos sobre empréstimos	1	-
Despesas com juros e descontos concedidos	997	1.117
Outros	5	9
Total	<u>1.004</u>	<u>1.168</u>

14. Imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Corrente		
Imposto de renda	234	145
Contribuição social	132	83
Total com despesas de impostos	<u>366</u>	<u>228</u>

A Sociedade calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

Impostos correntes	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento (fornecimento de energia)	10.807	10.807	6.366	6.366
	<u>10.807</u>	<u>10.807</u>	6.366	6.366
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	865	1.297	509	764
Receitas financeiras	133	133	93	93
Outras receitas tributáveis	35	35	72	72
Base de cálculo total	1.033	1.465	674	929
% do imposto (*)	25%	9%	25%	9%
Total	<u>234</u>	<u>132</u>	<u>145</u>	<u>83</u>

(*) A aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e estão resumidas como segue:

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo			
Contas a receber			
Brasil Central Energia Ltda.	(a)	404	60
Brookfield Energia Renovável S.A.	(a)	-	13
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(a)	74	481
		<u>478</u>	<u>554</u>
Passivo			
Contas a pagar			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(b)	581	1
		<u>581</u>	<u>1</u>
Dividendos a pagar			
Brookfield Americas Infrastructure (Brasil Power) FIP	(c)	4.235	1.460
		<u>4.235</u>	<u>1.460</u>
Resultado			
Venda de energia			
Brasil Central Energia Ltda.	(d)	5.249	391
Brookfield Energia Renovável S.A.	(d)	4.316	-
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(d)	876	5.676
		<u>10.441</u>	<u>6.067</u>
Compras de energia			
Brasil Central Energia Ltda.	(e)	545	-
		<u>545</u>	<u>-</u>

- (a) Contas a receber entre a Sociedade e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (b) Contas a pagar entre a Sociedade e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (c) Referem-se aos dividendos a serem pagos ao acionista da Sociedade;
- (d) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- (e) Compra de energia elétrica de outras empresas do grupo.

Durante o ano de 2021, a remuneração total dos administradores foi de R\$ 12.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Seguros

A Sociedade tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 47.760 (R\$ 33.385 em 31 de dezembro de 2020) para os bens vinculados à autorização.

A apólice de seguro mantida pela Sociedade tem como proponente principal a São João Energética S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 620.000 (R\$ 620.000 em 31 de dezembro de 2020).

A redução ou aumento do valor de danos materiais se deve à conclusão das avaliações patrimoniais efetuadas por empresa externa em fevereiro de 2019. A análise de risco considerou um LMI (Limite Máximo de Indenização) para 2019/2021 de 90% (noventa por cento) do Valor em Risco Total considerando a maior exposição da Sociedade. Seguindo a métrica dos anos anteriores a maior exposição são as usinas do complexo do Rio Pomba (Ivan Botelho I, II, III e Zé Tunin).

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	2021			2020		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	400	400	-	2.265	2.265
Contas a receber	478	-	478	819	-	819
Depósitos restituíveis e valores vinculados	-	-	-	-	546	546
	478	400	878	819	2.811	3.630

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2021	2020
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar	707	283
Arrendamento		45
Contas a pagar risco hidrológico	-	5.941
Dividendos a pagar	4.235	1.460
	4.942	7.729

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Contas a receber

São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Contas a pagar

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2021 e 2020.

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensuração do valor justo--Continuação

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa	400	2,265
Depósitos restituíveis e valores vinculados	-	546

- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2021 e 2020. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Sociedade efetua avaliações financeiras, requisita garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco de a Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

v) *Risco hidrológico*

Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Trata-se de um mecanismo de hedge compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados das demais usinas participantes do MRE.

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras hidrelétricas participantes do MRE não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da energia alocada de cada usina hidrelétrica, que é igual a garantia física da usina, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, multiplicado pelo Generation Scaling Factor (GSF).

Desta forma, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado GSF, fazendo com que a Sociedade tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo.

Para a mitigação do risco de geração a Sociedade gerencia oportunidades de adequação dos montantes contratos à expectativa de energia alocada e oportunidades de compra de energia no mercado.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vi) *Risco de não renovação da autorização*

A Sociedade detém outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos, que possuem direito a renovação. Os critérios para renovação de concessões e autorizações de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, elevando o limite inferior das usinas classificadas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos hidrelétricos com potência instalada entre 3 MW e 5 MW poderão ter suas outorgas convertidas em registro (CGH), conferindo direito a perpetuidade no prazo de exploração de seus empreendimentos (não há prazo para vencimento do registro de CGHs).

A referida Lei dispõe ainda que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação, poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH).

O valor da UBP será publicado pelo MME com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga, tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Medida Provisória nº 998, de 02 de setembro de 2020, alterou o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, eliminando a aplicação do desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD), na hipótese de prorrogação das outorgas que detêm esse benefício estabelecido em suas autorizações ou concessões.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2021 e de 2020, a Sociedade não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

18. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 22 de março de 2022.